



# Prefeitura Municipal de Parnamirim

Concurso Público - Edital nº 01/2019

## Agente Social

### Leia estas instruções:

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém **35 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** ▶ Língua Portuguesa; **11 a 35** ▶ Conhecimentos Específicos.
- 3 Se o Caderno estiver incompleto ou apresentar imperfeição gráfica que impeça a leitura, solicite imediatamente ao Fiscal que o substitua.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não peça esclarecimentos aos fiscais.
- 6 Use caneta esferográfica confeccionada em material transparente, preferencialmente de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, **três horas** para responder às questões de múltipla escolha e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal a **Folha de Respostas** e **este Caderno**.

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_





As questões de 1 a 10 desta prova são baseadas no texto a seguir.

### ABORTO, ASSUNTO DE HOMENS

Conrado Hübner Mendes  
Doutor em Direito e professor da USP

- 1º Dias atrás, a Irlanda promoveu histórico referendo para legalização do aborto no país. O resultado teve apoio de 66% dos eleitores. Foi o ponto culminante de uma longa história de luta por direitos e igualdade, num país em que convicções religiosas sustentavam uma das leis mais restritivas à autonomia da mulher.
- 2º Há dois meses, o Instituto Guttmacher lançou um profundo relatório sobre a situação do aborto ao redor do mundo (*Abortion worldwide 2017: uneven progress and unequal access*). Entre os achados da pesquisa, apontou que as taxas de aborto caem em países desenvolvidos e se mantêm estáveis nos países em desenvolvimento; que a América Latina é a região com mais alta taxa anual de aborto (44 a cada 1.000 mulheres em idade reprodutiva) e com a mais alta taxa de gravidez indesejada (96 a cada 100 mulheres). Mostrou também que a taxa de aborto é similar entre os países que legalizaram e os que continuam proibindo a prática. Em suas palavras: "Restrições jurídicas não eliminam o aborto. Em vez disso, aumentam as chances de abortos inseguros, pois mulheres são compelidas a buscar a via clandestina".
- 3º Nem sempre o direito ao aborto é conquistado pela via legislativa ou pela do voto popular. Em muitos países, como Estados Unidos e Alemanha, foram tribunais de cúpula que deram esse passo. No Brasil, o episódio mais recente dessa longa história está no STF, no qual tramita ação que questiona a criminalização do aborto pelo Código Penal (Art. 124 e 126). Alega-se a violação de direitos fundamentais como dignidade, liberdade e igualdade, assim como a desproporcionalidade da medida. A ministra Rosa Weber, relatora do processo, convocou audiência pública para discutir o caso com a sociedade em breve. Os participantes serão selecionados por critérios de representatividade, *expertise* técnica e pluralidade.
- 4º Duas comissões da Câmara e uma do Senado se anteciparam ao STF e coorganizaram um seminário para debater o caso. O seminário ocorre enquanto escrevo este texto (30 de maio). Não poderei estar lá para opinar sobre os argumentos e símbolos ali presentes, mas uma olhada no perfil dos participantes dá indícios de como o assunto é tratado. O requerimento foi feito por 16 parlamentares, apenas uma mulher. Na programação, dos 24 participantes na mesa, apenas seis mulheres. Do ponto de vista profissional, uma mistura de políticos, representantes religiosos e alguns juristas. Nenhum especialista em política pública de saúde, nenhum cientista. O seminário tem lado único, e esse não é o do debate franco, que a audiência do STF promete realizar.
- 5º Dos minutos a que pude assistir, um participante dizia algo assim: "A criança dentro ou fora do útero tem o mesmo valor! Descriminalizado o aborto, teremos um cemitério de criancinhas!". Não duvido que ele esteja sinceramente preocupado com o valor da vida. Mas tem a responsabilidade de informar-se melhor sobre a principal lei social do aborto: na qual se criminaliza e se estigmatiza, a taxa de gravidez indesejada não se altera, a mulher permanece no escuro e o número de abortos só faz aumentar. A criminalização do aborto não dissuade mulheres. Orientação e cuidado, talvez.
- 6º Há infinitas posições morais e jurídicas em relação ao aborto e múltiplos arranjos institucionais para enfrentar o tema com respeito e competência. O debate público, contudo, não resiste ao contraste binário entre os pró e os contra, sem saber exatamente ao quê.
- 7º Quem descriminaliza não necessariamente legaliza. Quem legaliza não expressa aprovação moral. Quem aprova legalmente não incentiva nem está menos preocupado com a vida. Todos os países que descriminalizaram o aborto no mundo o fizeram por meio de políticas públicas complexas que não celebram o aborto, não subestimam a dimensão trágica da escolha nem ignoram a sacralidade da vida. Pelo contrário: tiraram o tema da esfera do crime e da punição e o trataram por meio de orientação, prevenção, acolhimento e procedimentos médicos seguros. Conseguiram reduzir, sem exceção, o número de abortos e de mortalidade materna. Como melhor proteger a vida?

MENDES, Conrado Hübner. Aborto, assunto de homens. *Época*. São Paulo, Editora Globo, nº 1040, Jun. 2018. [Adaptado]

01. Prioritariamente, o texto objetiva

- A) caracterizar a atual situação do Brasil no que diz respeito à descriminalização do aborto.
- B) criticar os países que descriminalizaram o aborto sem promover debates com os setores da sociedade interessados no tema.
- C) opinar sobre as vantagens da descriminalização do aborto e da adoção de políticas públicas de orientação sobre o tema.
- D) relatar a experiência de países que descriminalizaram o aborto por meio da via judicial.

02. O título do texto

- A) contradiz informação presente no 4º parágrafo.
- B) apresenta duplo sentido não intencional, desfeito a partir da mobilização de conhecimentos linguísticos.
- C) contém duplo sentido intencional, percebido a partir da mobilização de conhecimentos de mundo.
- D) corrobora informação presente no 7º parágrafo.

03. Com base na leitura do texto, infere-se que

- A) a criminalização do aborto pode provocar o aumento do número de casos de gravidez indesejada.
- B) a descriminalização do aborto pode provocar o aumento do número de casos de gravidez indesejada.
- C) a criminalização do aborto pode provocar a diminuição dessa prática.
- D) a descriminalização do aborto pode provocar a diminuição dessa prática.

04. O texto compõe-se predominantemente por

- A) narração.
- B) descrição.
- C) argumentação.
- D) explicação.

05. A linguagem empregada no texto é

- A) exclusivamente denotativa e não condiz com o gênero discursivo em questão.
- B) predominantemente denotativa e está adequada ao gênero discursivo em questão.
- C) predominantemente conotativa e está adequada ao gênero discursivo em questão.
- D) exclusivamente conotativa e não condiz com o gênero discursivo em questão.

Para responder às questões 06, 07, 08 e 09, considere o excerto transcrito abaixo.

Entre os achados da pesquisa, apontou que as taxas de aborto caem em países desenvolvidos e se mantêm estáveis nos países em desenvolvimento; **que[1]** a América Latina é a região com mais alta taxa anual de aborto (44 a cada 1.000 mulheres em idade reprodutiva) e com a mais alta taxa de gravidez indesejada (96 a cada 100 mulheres). Mostrou também que a taxa de aborto é similar entre os países que legalizaram e os que continuam proibindo a prática. Em suas palavras: "Restrições jurídicas não eliminam o aborto. Em vez disso, aumentam as chances de abortos inseguros, **pois[2]** mulheres são compelidas a buscar a via clandestina".

06. Sobre o uso da pontuação, afirma-se **corretamente**:

- A) os dois-pontos são empregados para introduzir uma enumeração de itens.
- B) o ponto e vírgula poderia ser substituído por ponto.
- C) os parênteses poderiam ser substituídos por aspas.
- D) a primeira vírgula é empregada para marcar a antecipação de uma expressão.

07. As aspas são utilizadas, no trecho, para
- A) isolar um discurso direto.
  - B) marcar uma ironia.
  - C) sinalizar uma variedade linguística não padrão.
  - D) evidenciar um discurso indireto.
08. O elemento linguístico [1] funciona como
- A) conjunção responsável por introduzir um complemento nominal.
  - B) conjunção responsável por introduzir um complemento verbal.
  - C) pronome responsável por antecipar uma informação.
  - D) pronome responsável por retomar uma informação.
09. No contexto em que surge, o elemento linguístico [2] estabelece com a oração anterior uma relação de
- A) explicação, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por “porque”.
  - B) conclusão, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por “portanto”.
  - C) consequência, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por “consequentemente”.
  - D) concessão, podendo ser substituído, sem alteração de sentido, por “embora”.
10. São vocábulos acentuados pela mesma razão:
- A) mantêm, audiência, quê.
  - B) países, saúde.
  - C) à, é, só.
  - D) estáveis, público.

## Conhecimentos Específicos

11 a 35

11. Historicamente, a assistência social surgiu com bases fundamentadas na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa. A partir da Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, a assistência social brasileira passou a integrar a seguridade social, tendo sido regulamentada em 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como política de direitos, universalização dos acessos. Portanto, de acordo com a LOAS, o nível de gestão responsável pela execução das ações da política de a assistência social é
- A) as entidades de assistência social.
  - B) os movimentos sociais.
  - C) a gestão municipal.
  - D) o governo federal.
12. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) define a assistência social como política de seguridade social não contributiva, realizada mediante ações de iniciativa pública e da sociedade, assegurando o atendimento às necessidades básicas da população por meio da oferta da proteção social básica e especial de média e alta complexidades.
- No que se refere à proteção de alta complexidade, uma das competências dessa política é desenvolver
- A) ações de cuidado a idosos afastados da convivência familiar.
  - B) ações integradas entre os governos federal, estadual e municipal.
  - C) estratégia de inclusão de todos os indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou em situação de risco.
  - D) estratégias de caráter administrativo que se realizem por meio de articulações estabelecidas entre o setor público e a população.

13. De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), os usuários da política de assistência social são
- A) as pessoas que se encontram em situação de pobreza.
  - B) os cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos.
  - C) os indivíduos ou grupos a quem a assistência social direciona suas ações.
  - D) as populações em situação de pobreza indicadas pelos gestores.

O texto a seguir servirá de base para responder às questões 14 e 15.

A Proteção Social Básica é o conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) à população que vive em situação de vulnerabilidade social, prevenindo o agravamento de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

14. Considerando o exposto, os espaços destinados à execução desses serviços são denominados
- A) Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
  - B) Centro Comunitário do Município.
  - C) Secretaria Municipal de Assistência Social.
  - D) Centro de Referência de Assistência Social.
15. O serviço socioassistencial destinado à execução da Proteção Social Básica é definido como a
- A) unidade de atendimento às pessoas que sofreram algum tipo de violência doméstica.
  - B) unidade executora de políticas setoriais, práticas, ações e serviços de caráter assistencialista.
  - C) unidade pública estatal que realiza a referência e a contrarreferência do usuário na rede socioassistencial.
  - D) unidade executora de ações socioeducativas e socioassistenciais.
16. No âmbito da Proteção Social Básica, a prioridade é garantir o atendimento
- A) aos indivíduos que perderam os seus direitos sociais.
  - B) às pessoas e famílias que se encontram em situação de fragilidade social.
  - C) às crianças e adolescentes afastados do convívio familiar.
  - D) às pessoas idosas isoladas do ambiente familiar.
17. Os serviços e ações socioassistenciais desenvolvidos sob a responsabilidade da proteção social básica são centrados
- A) na orientação e no acompanhamento de indivíduos e famílias e no encaminhamento destes para os serviços socioassistenciais ofertados pela política de assistência social.
  - B) na triagem de pessoas para concessão de benefícios oferecidos pelos programas de assistência social no âmbito do município.
  - C) na celebração de convênios e no estabelecimento de parcerias com organizações sociais localizadas no município, com fins de ampliar o atendimento da demanda.
  - D) no estudo da situação socioeconômica dos beneficiários residentes no território de abrangência onde os serviços são ofertados.
18. A natureza dos serviços desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social requer um atendimento qualificado, daí a necessidade de uma equipe de profissionais que responda pela gestão no território atendido pela Proteção Social Básica, incluindo o ordenamento dos serviços socioassistenciais e a execução dos programas sociais inerentes à política de assistência social. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS exige a disponibilização de uma equipe de nível superior, composta por um assistente social e um
- A) psicólogo.
  - B) pedagogo.
  - C) advogado.
  - D) fisioterapeuta.

19. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) determina que seja incluída na equipe de referência pessoal de nível médio, a categoria de agente social, para cumprir tarefas específicas, dentre as quais
- A) identificar mediante mapeamento realizado no território de atuação, potenciais usuários dos serviços socioassistenciais da assistência social.
  - B) receber pessoas e transmitir informações aos usuários que demandam os serviços ofertados pela unidade.
  - C) criar ambiente que favoreça a potencialização de boas práticas compatíveis com as demandas identificadas em seu território.
  - D) visitar, arregimentar e atualizar informações de pessoas e famílias referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social.
20. O agente social exerce importantes atribuições no processo de desenvolvimento das ações relativas à Proteção Social Básica. Nesse contexto, umas das funções desse profissional é
- A) acompanhar a equipe técnica em visitas domiciliares realizadas às famílias atendidas pelos programas ofertados pela Proteção Social Básica.
  - B) contribuir com o trabalho desenvolvido pela equipe técnica e de apoio do Centro de Referência de Assistência Social.
  - C) prestar serviços no processo de execução das atividades de abrangência comunitária no âmbito do território de atuação do Centro de Referência de Assistência Social.
  - D) alimentar e retroalimentar o sistema de informação, com vistas à implementação de um banco de dados sobre as ações desenvolvidas e sobre os resultados alcançados.
21. No âmbito da Política de Assistência Social, cabe ao Estado a responsabilidade de assegurar o acesso da população
- A) à pensão alimentícia e ao auxílio natalidade.
  - B) à aposentadoria rural.
  - C) aos benefícios de prestação continuada.
  - D) à pensão por morte.
22. No contexto da política de assistência social, o benefício de prestação continuada – BPC consiste em
- A) oferta de auxílio alimentação.
  - B) concessão de um salário mínimo mensal.
  - C) doação de uma cesta básica mensal.
  - D) oferta de oportunidade de emprego.
23. Os benefícios de prestação continuada são concedidos exclusivamente
- A) às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica ou desempregadas, sem condições de suprir o seu sustento.
  - B) às crianças e adolescentes cujos laços familiares foram rompidos.
  - C) às pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.
  - D) à população idosa e a pessoas com problemas de deficiência, sem condições para o trabalho independente.
24. O Sistema Único de Assistência Social garante aos cidadãos e suas famílias benefícios entendidos como eventuais de caráter provisório, quais sejam:
- A) inclusão de jovens no mercado produtivo.
  - B) auxílios educação e saúde.
  - C) incentivo à abertura de um pequeno negócio.
  - D) auxílios natalidade e funeral.

25. Os benefícios de caráter eventual e provisório são concedidos por meio de demandas apresentadas
- A) no cadastramento de crianças e adolescentes que vivem na rua.
  - B) nas campanhas de mobilização da comunidade para divulgação dos benefícios ofertados.
  - C) no atendimento em serviços socioassistenciais ou acompanhamento familiar.
  - D) nos casos de identificação de necessidades de ajuda financeira.
26. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) preveem compromissos e responsabilidades dos três níveis de governo – o federal, o estadual e o municipal. De acordo com esse marco legal da política de assistência social,
- A) compete ao município a execução dos projetos de enfrentamento da pobreza, agregando parcerias com organizações da sociedade civil.
  - B) a execução das ações inerentes à política de assistência social são desenvolvidas integradamente sob a responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal.
  - C) o Estado responde pela operacionalização e manutenção dos benefícios de proteção continuada, conforme define o art. 203 da Constituição Federal.
  - D) a União apoia financeiramente e tecnicamente os serviços inerentes aos projetos de combate à pobreza em âmbito local e regional.
27. O Sistema Único de Assistência Social define o controle social na gestão das instituições públicas e privadas como
- A) instituições que definem a projeção orçamentária para a garantia das despesas com a efetivação dos serviços socioassistenciais.
  - B) instâncias comprometidas com o planejamento, execução e avaliação das ações realizadas pela política de assistência social.
  - C) acerto estabelecido com os usuários dos serviços e benefícios concedidos pela política de assistência social.
  - D) instrumento de materialização da participação do segmento popular na gestão política, financeira e operacionalização técnica.
28. Na gestão da Política de Assistência Social, a Lei Orgânica de Assistência Social consolida a implantação dos Conselhos de Assistência Social, os quais são constituídos por representantes das
- A) instituições governamentais e da sociedade civil de forma paritária.
  - B) organizações não-governamentais e de grupos familiares de forma paritária.
  - C) instâncias governamentais que respondem pela gestão da política pública de assistência social.
  - D) lideranças comunitárias residentes no território onde os serviços socioassistenciais são executados.
29. Dentre as diversas atribuições dos Conselhos de Assistência Social, o controle social focaliza a
- A) definição de critérios para a concessão dos benefícios assegurados pela rede socioassistencial.
  - B) elaboração do cenário real da população em estado de extrema pobreza e abandono.
  - C) fiscalização da execução das ações da política de assistência social e o seu pleno funcionamento.
  - D) concessão e o encaminhamento de famílias para o atendimento da proteção social básica.
30. No processo de implementação da Política de Assistência Social são utilizados instrumento ou ferramentas que garantem o suporte técnico necessário à sua efetivação. Dentre estes, destacam-se a informação, o monitoramento e a avaliação utilizados como
- A) captação de recursos indispensáveis ao planejamento e à gestão dos serviços.
  - B) armazenamento de dados destinados à divulgação do trabalho desenvolvido.
  - C) identificação dos resultados alcançados no decorrer da operacionalização das ações.
  - D) medidas corretivas para a execução do plano de ação e mensuração de resultados.



- 31.** Para cumprir com as tarefas inerentes aos propósitos do Centro de Referência de Assistência Social, faz-se necessária a composição de uma equipe técnica de profissionais de níveis superior e médio, na qual insere-se o agente social de nível médio. Este profissional estabelece relações de trabalho com os usuários dos serviços, devendo
- A)** encaminhar para outros serviços existentes na comunidade conforme necessidade identificada.
  - B)** acolher, ouvir suas queixas e emitir esclarecimentos em consonância com a sua competência.
  - C)** resolver questões compatíveis com a demanda apresentada.
  - D)** registrar informações no protocolo do usuário.
- 32.** O agente social deve dispor de conhecimentos básicos que favoreçam o fornecimento de informações aos usuários sobre
- A)** as relações do usuário com os profissionais especializados do Centro de Referência de Assistência Social.
  - B)** os direitos e deveres dos usuários de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social e com a Política de Assistência Social.
  - C)** as condicionalidades para obtenção dos serviços e benefícios da Política de Assistência Social.
  - D)** a dinâmica de funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social e as atividades desenvolvidas no seu cotidiano.
- 33.** Sistemáticamente, ocorrem reuniões promovidas pela equipe técnica de referência para o planejamento e avaliação das ações realizadas na unidade. O agente social deve participar dessas reuniões
- A)** por tratar-se de uma das suas funções.
  - B)** para propor e interferir nas decisões.
  - C)** para complementar a carga horária de trabalho.
  - D)** para registrar as deliberações da equipe técnica.
- 34.** A Política de Capacitação Continuada é uma preocupação permanente dos gestores e operadores da Política de Assistência Social. Trata-se de uma oportunidade entendida como
- A)** imprescindível ao aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados.
  - B)** condição indispensável para ascensão funcional.
  - C)** exigência para a permanência dos atores na unidade.
  - D)** dispensável para assegurar a remuneração dos serviços prestados.
- 35.** O agente social deve ter conhecimentos de noções básicas de planejamento. Entende-se por planejamento, nesse contexto,
- A)** busca imediata de soluções para as dificuldades enfrentadas.
  - B)** avaliação de resultados e superação de fragilidades detectadas no decorrer das ações executadas.
  - C)** procedimento metodológico para definir objetivos, metas e adoção de medidas para alcançá-los.
  - D)** mapeamento do território de abrangência das ações.